

Lemgruber confirma moratória

Salvador — O economista Antônio Carlos Lemgruber disse ontem, nesta capital, que o Brasil já está em moratória, uma vez que não tem pago o principal da dívida externa e está com atraso no pagamento dos juros, mas defendeu a continuação das negociações com o Fundo Monetário Internacional, pois considera que uma atitude unilateral do governo pode agravar as condições de recessão da economia brasileira.

Justificou dizendo que o rompimento unilateral do Brasil com o FMI aprofundaria mais a crise, uma vez que se deixaria de fazer importações e exportações, as empresas seriam fechadas por falta de insumo e "o racionamento do petróleo seria apenas a ponta do 'iceberg'". O economista falou para empresários baianos ligados à câmara Americana de Comércio.

O economista, que é professor de pós-graduação em economia internacional, da Fundação Getúlio Vargas, chamou a atenção de que há indícios de que as novas negociações que vão ser iniciadas pelo ministro Delfim Netto incorrerão nos mesmos erros, uma vez que está sendo adotado o modelo clássico usado em novembro.

Segundo Lemgruber, existem caminhos novos para resolver o problema da dívida externa como a negociação de prazo mais longo para a rerolagem da dívida e renegociação dos juros, mas tudo no contexto das negociações com o FMI e os banqueiros.

Disse que até mesmo a renegociação dos juros envolve uma discussão política com os banqueiros estrangeiros para que haja mudanças em algumas regras das instituições bancárias. Lemgruber disse não acreditar que a atual lei salarial seja uma das causas da inflação e que a aprovação do Decreto-lei 2.045 passou a ser o ponto-chave das negociações com o FMI porque o Brasil não cumpriu as metas anteriores.

Já o professor americano William Berry, especialista em política na América Latina, disse que o controle dos salários é imprescindível para a contenção da inflação, mas que a forma pela qual esse controle pode ser feito é "materia ainda passível de ser negociada com o FMI".

— O governo brasileiro optou por conter uniformemente os reajustes de salários em 80 por cento do INPC, mas nada impede que ele resolva, por exemplo, penalizar menos as classes mais pobres, fixando 90 por cento do índice Nacional de Preços para essas classes e 70 por cento para os salários mais altos.

Berry, que trabalha no Centro de Estudos Estratégicos da Universidade de Georgetown — entidade que presta assessoramento à recém-criada Comissão para a América-Latina, chefiada por Henry Kissinger — está em Salvador a convite da Fundação Baiana para Estudos Econômicos e Sociais, e proferirá hoje uma palestra sobre o tema "política mundial e relações Brasil-Estados Unidos".

Ele comentou que as causas da crise econômica por que passa o Brasil tiveram origem, externamente, com a alta taxa de juros dos bancos americanos e da ida da Argentina e do México ao FMI, o que assustou os banqueiros, fazendo com que eles se fechassem para o Brasil quando este mais precisava de recursos.

As causas de origem interna, foram, a seu ver, em primeiro lugar, o fato de o Brasil ter ignorado o primeiro choque do petróleo, em 1973, continuando a tomar empréstimos do exterior quando o momento exigia mais precauções. Segundo Berry, o Brasil partirá inevitavelmente para uma moratória negociada diretamente com os banqueiros, mas com o aval do FMI. Sem o apoio do Fundo, disse ele, os bancos não vão negociar.